

Portugal não tem um "panthéon"

O que se passou com o funeral de Guerra Junqueiro

Já ia a caminho de Belem e ainda não tinha jazida destinada



A Basilica da Estrela

Nós, os portugueses, só nos lembramos de Santa Barbara quando troveja; e só nos interessamos, passageiramente, pelos assuntos que importam a coletividade, quando um acontecimento de vulto nos força a pensar n'isso. Constata-se o caso em todas as variantes da nossa existência nacional—talvez para provar melhor a inconstancia que nos distingue—quer se trate, em politica, de construir uma estrada ou um chafariz em vespas de eleições, quer se pense em melhorar os serviços de abastecimento de aguas, quando chega a estiagem; quer se congemine na adoção de medidas sanitarias quando uma epidemia nos arraza; quer se lembre a necessidade de trabalhar e de ter juízo quando toda a gente se poz em greve e o juízo se nos desantrou; quer, em fim, quando, como agora, se reconhece a necessidade de possuirmos um «panthéon» nacional, precisamente porque, á hora propria, não temos onde guardar os res-

tos mortaes de alguém cuja vida valorosa representa uma gloria imperecivel da Patria. Tal qual como os donos de casa desleixados, so nos convencemos a valer de que nos faz falta isto ou aquilo quando já não é possivel conseguil-o, porque nem de tempo se dispõe para as diligencias precisas.

Os leitores reparem que é tal qual. Chega uma visita; dá-se um desastre; na qualquer acontecimento inesperado. Vem o marido, vem a mulher, reúne, por assim dizer, o conselho de familia; e resolve-se que a coisa se atamanque de qualquer maneira, por falta de tempo para melhor resolução, desde logo se assentando em que, d'essa feita, se pense a sério no remedeio da deficiência.

Depois, por mais protestos que se tenham feito, nunca mais se pensa em tal; ha outras preocupações, ha outros assuntos mais urgentes; ha, em ultimo caso, uma festa ou um passeio, e, como o susto



A igreja de S. Vicente, onde está instalado o Pantheon da Casa Bragança

passou, fica tudo na mesma até se repetir a cena e se repetir, com ela, a decisão de vida nova que nunca passa da vida velha, da vida rotineira.

E' o que se está a dar agora, pela vez numero tantos—já se lhe perdeu a conta—com a questão do «panthéon».

Não temos um «panthéon» Novidade? Nada d'isso Sabemo-lo e dizemol-o sempre que morre em Portugal alguém cujo cadaver tenha de ser guardado como reliquia sagrada da Patria.

Que nos lembre, assim, de repente—morreu Camilo; morreu João da Camara, morreu João de Deus, morreu Eça de Queiroz, morreu Fialho d'Almeida, morreu Ramalho Ortigão, morreram tantos outros—e fez-se sempre a mesma pergunta de quando morreu Junqueiro, e discutiu-se sempre o caso do «panthéon» com o mesmo ardor, e reconheceu-se sempre, como agora, que... á hora de ser preciso, não tinhamos onde lhes guardar as ossadas.

Mais: agora, com o poeta glorioso dos «Simples» e da «Patria», e da «Morte de D. João» e de tantas outras preciosidades que valem a dignificação d'uma epoca e d'uma raça, chegou a dar-se a caricata circumstancia de lhe levarem os restos mortaes a caminho dos Jeronimos sem bem se saber ainda, pelo caminho, onde os haviam de deixar, uma vez chegados lá.

Disse-o hontem o proprio sr. ministro da Justica, explicando, no Senado, ao sr. Querubim Guimarães os motivos por que o cadaver de Guerra Junqueiro foi depositado na Casa do Capitulo, quando existe uma lei que o proíbe. Contou, em summa, o sr. dr. Abranches Ferrão:

—A comissão dos funeraes, tendo resolvido, a principio, que a urna ficasse na nave central do templo, insistiu junto do Governo, por circumstancias da ultima hora, para que a jazida do poeta fosse a

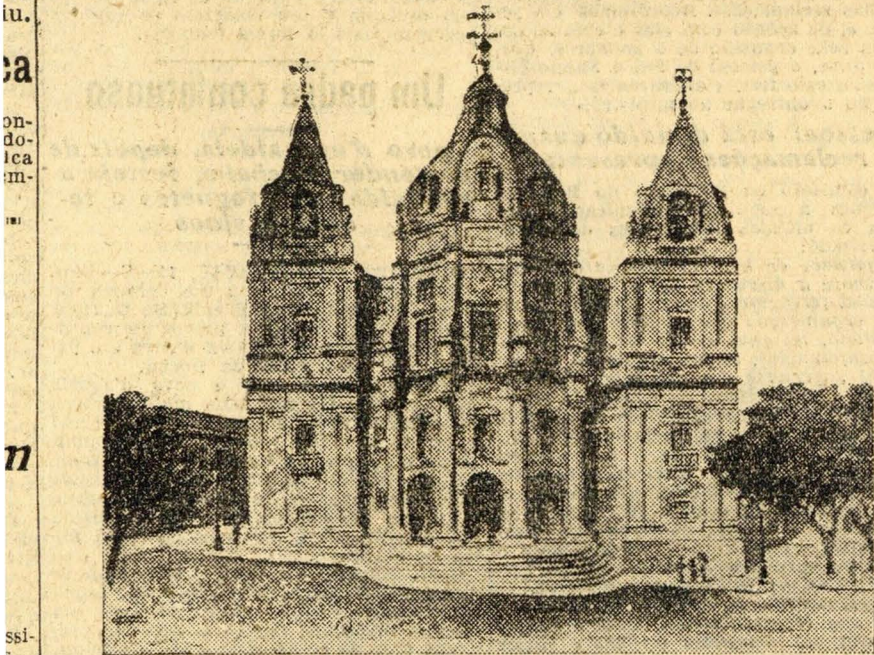
Casa do Capitulo. O Governo viu-se obrigado a consentir—acrescentou o ministro—mas com um caracter puramente provisorio, sobretudo por saber que estava pendente, no Parlamento, um projeto de lei que remedeia os defeitos existentes.

Intervieram na discussão varios oradores—entre eles o sr. dr. Augusto de Vasconcelos, autor do projeto a que o sr. ministro da Justica aludira—e nós, o publico, ficámos mais uma vez com esta certeza: não ha um «panthéon», nem se pensará mais n'isto enquanto não morrer mais algum dos poucos homens de valor autentico que nos restam.

Ha sete anos que, por iniciativa do sr. Ramos da Costa, se destinou para «panthéon» a igreja de Santa Engracia. Mas a igreja de Santa Engracia é a tal igreja simbolica das obras que nunca mais acabam; e nunca mais, tambem, se pensou no caso. Em vez do «panthéon» instalou-se lá uma sapataria! O armazem de S. Vicente, sobre ser um armazem, destina-se exclusivamente á casa de Bragança; os Jeronimos não podem servir para tal fim—no dizer dos entendidos.—Alvitra-se, agora,—alvitrou-o hontem no *Seculo* o capitão sr. João de Deus Pires—que seja a basilica da Estrela a preferida; e ao fim...

Ao fim—íamos quasi apostar—ficará tudo como d'antes, segundo a praxe: os tumulos de João de Deus, de Garrett e de Herculano cobertos de lixo no mosteiro de Belem; os outros que se lhes seguirem arrumados para ali, n'uma provisoriedade que não mais acaba; e os Governos e os Parlamantos a prometerem, para não cumprirem, de cada vez que as circumstancias a tanto os obriguem, que d'essa feita é que vae, e que d'essa feita é que o assunto se arruma.

Chega a parecer troça, mas não é. E' feiço. E' a doença atavica do «amanhã será» que nos contagia a todos: governantes e governados.



A igreja de Santa Engracia, segundo o projeto de reconstrução



O mosteiro dos Jeronimos